

Texto para Discussão Nº 21 - Junho 2011

Discussion Paper No. 21 - June 2011

**BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E
SUBSTANTIVAS**

Alessandra Scalioni Brito - CEDE-UFF

Celia Lessa Kerstenetzky - CEDE-UFF

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E SUBSTANTIVAS

Alessandra Scalioni Brito (CEDE-UFF)¹
Celia Lessa Kerstenetzky (CEDE-UFF)²

RESUMO

O objetivo deste artigo é traçar um perfil do beneficiário do programa Bolsa Família em termos de sua situação no mercado de trabalho, explorando duas bases de dados, o Cadastro Único de 2008 e a PNAD de 2006, que possui um suplemento sobre o Bolsa Família. Encontramos resultados que são em parte metodológicos (limites das bases de dados e de métodos comumente utilizados para estimar impactos do PBF sobre o mercado de trabalho) e em parte substantivos (perfis de beneficiários e não beneficiários). O trabalho enseja também uma reflexão sobre incentivos adversos para subdeclaração de renda, formalidade e trabalho infantil, ou mesmo para precariedade laboral, que podem emergir como resultados não pretendidos de políticas sociais baseadas em teste de meios.

Palavras-chave: Bolsa Família, mercado de trabalho, Cadastro Único, trabalho infantil

ABSTRACT

This paper aims at drawing a profile of the beneficiaries of the Bolsa Família program as far as their situation in the labor market is concerned. In order to do so, it explores two databases: the 2008 Cadastro Único and the 2006 PNAD, which contains a supplement on the Bolsa Família. We have reached some interesting methodological (limits of the databases and of methods currently used to estimate impact of the PBF on the labor market) and substantive results (profiles of beneficiaries and non beneficiaries) that may be useful for subsequent research. This work also brings about a reflection on adverse incentives to understatement of income and other variables in administrative registers, or even precarious labor relations, which may emerge as unintended consequences of social programs based on means test.

Keywords: Bolsa Família, labor market, Cadastro Único, child labor

¹ Doutoranda em Economia, UFF. Email: alessandra.scalioni@gmail.com

² Professora titular da UFF, diretora do CEDE: www.proac.uff.br/cede. Email: celiakersten@gmail.com

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E SUBSTANTIVAS

Alessandra Scalioni Brito (CEDE-UFF)
Celia Lessa Kerstenetzky (CEDE-UFF)

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é traçar um perfil do beneficiário do programa Bolsa Família em termos de sua situação no mercado de trabalho, explorando duas bases de dados, o Cadastro Único de 2008 e a PNAD de 2006, que possui um suplemento sobre o Bolsa Família.

Nosso interesse mais amplo é conhecer o impacto do programa sobre a situação do beneficiário no mercado de trabalho: será que o programa aumenta a inserção laboral deste? Será que o programa afeta a qualidade dessa inserção, em termos de informalidade versus formalidade, e outros marcadores de precariedade? Uma estratégia para observar esses efeitos seria comparar as informações no Cadastro de anos sucessivos referentes a essas situações para os mesmos beneficiários. Outra estratégia seria comparar beneficiários com não beneficiários elegíveis e assim isolar diferenças que poderiam ser atribuídas ao programa. Nossa primeira escolha foi a primeira acima. Para tanto, precisávamos conhecer a qualidade das informações do Cadastro referentes à situação de mercado de trabalho. A exploração dessa base revelou uma série de limitações para responder nossa pergunta mais ampla, que relatamos abaixo. Porém algumas outras perguntas puderam ser respondidas com o auxílio dessa base, em particular, comparações entre beneficiários e não beneficiários, e é o que exploramos na seção 2. A comparação entre estes dois grupos deve ser vista com cautela, pois não há como atribuir com certeza as diferenças observadas ao PBF. Em particular, não foi possível esclarecer se uma inserção laboral mais precária dos beneficiários foi efeito ou causa do PBF (neste caso, revelando sua boa focalização).

Para ampliar o significado de nossas observações no Cadastro, passamos a explorar na seção 3, a outra base de dados, a PNAD. Nosso objetivo inicial era tentar observar alterações significativas no universo dos beneficiários no mercado de trabalho ao longo do tempo. Contudo, a exploração da base revelou dificuldades de identificação dos beneficiários do PBF nos anos em que não houve suplemento sobre políticas sociais. Desse modo, desistimos desse caminho e tomamos a direção de explorar apenas o suplemento da PNAD de 2006 com os beneficiários do PBF. Nossa meta então se tornou simplesmente cotejar as informações do Cadastro com as do suplemento da PNAD, o que fazemos na seção 4, uma vez que renda, emprego, emprego formal e trabalho infantil informados no Cadastro estiveram sob forte suspeição de subdeclaração.

Em suma, não pudemos responder nossa questão mais ampla, mas encontramos resultados que podem ser úteis para pesquisas subseqüentes, especialmente de outros tentando trilhar os mesmos caminhos. São em parte resultados metodológicos (limites das bases) e em parte substantivos (perfis de beneficiários e não beneficiários). O trabalho enseja também uma reflexão sobre incentivos adversos, para subdeclaração ou mesmo para precariedade laboral, que podem emergir como resultados não pretendidos de políticas sociais baseadas em teste de meios.

2. O Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda do país, sendo seus dados auto-declarados pelas famílias através do preenchimento de formulários. O processamento do cadastro é feito pelo Agente Operador do Cadastro Único (Caixa Econômica Federal - CEF), que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível. Segundo informações do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome³, “devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa”. No entanto, “famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados e municípios”.

Neste artigo, utilizaremos os microdados do Cadastro Único de 31/07/2008, cedidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS), para comparar as características de mercado de trabalho dos beneficiários e não-beneficiários, mas cadastrados, do programa Bolsa Família. Podemos observar que, do total de cadastrados (66,9 milhões de pessoas), 70,2% eram beneficiários do PBF no período. Considerando-se apenas os cadastrados em idade ativa (39,4 milhões de pessoas), por seu turno, esta proporção se reduz para 67,3%.

O primeiro problema encontrado ao utilizar esta base de dados para analisar características de mercado de trabalho de beneficiários e não-beneficiários foi a baixa qualidade das informações relativas à ocupação do cadastrado. Para participar dos programas sociais é necessário que o requerente preencha três formulários: um formulário de identificação da pessoa, um de identificação do domicílio e da família e outro exclusivo para identificação de agricultor familiar. No primeiro formulário, uma parte contém informações sobre a Qualificação profissional do requerente: Situação no mercado de trabalho, nome da empresa em que trabalha ou da última empresa em que trabalhou, ocupação, remuneração do emprego, rendas de seguro-desemprego, aposentadoria/pensão, pensão alimentícia e outras rendas. No entanto, a variável Situação no mercado de trabalho é muito ampla, englobando desde Aposentado/pensionista, assalariados com e sem carteira, autônomos com e sem previdência até trabalhadores e empregadores rurais, além de uma categoria ‘Não trabalha’. Assim, ela trata ao mesmo tempo de ativos, inativos, desempregados, misturando atividades exclusivas da área rural com atividades mais gerais, como por exemplo, assalariados que podem trabalhar tanto no campo como na cidade. Além disso, a variável Ocupação não possui alternativas de marcação, ou seja, o próprio requerente deve escrever em que ocupação trabalha segundo a tabela ‘Código Brasileiro de Ocupações’ (CBO) disponível na CEF. Porém, seu preenchimento por parte do requerente não é obrigatório⁴. Portanto, quanto a informações de mercado de trabalho o formulário não é satisfatório.

³ Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1/. Último acesso em 23/05/2010.

⁴ Para mais detalhes ver: Manual de Preenchimento de Formulários – V 6.0.4 da CEF (2007). Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/cidades/cadun_manuais/MANUAL_PREENCHIMENTO_FORMULARIOS_CADUNICO_V604_26022007.pdf. Último acesso: 19/06/2010.

Esse problema pode ter sido em parte responsável pelo alto valor encontrado para a variável “Não trabalha”. Observa-se que a proporção de pessoas cadastradas em idade ativa (entre 16 e 64 anos) que declararam não trabalhar foi de 56%, sendo um pouco superior no caso dos beneficiários em idade ativa (58,2%), relativamente aos não-beneficiários (51,5%). Não podemos, contudo, ter certeza se o elevado índice reflete uma pergunta mal formulada, o temor de não ser elegível ou ainda uma eventual armadilha do desemprego.

Com a variável ‘Ocupação’, o problema é ainda mais grave: 94,5% dos cadastrados em idade ativa não responderam esta pergunta, sendo esta proporção de 94,7% entre os beneficiários e de 94,1% entre os não-beneficiários. Aqui cabe observar a dificuldade de preenchimento aliada à não obrigatoriedade de resposta.

A tabela 1 resume as informações sobre condição no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários em idade ativa:

Tabela 1: Distribuição dos cadastrados em idade ativa* segundo Condição no mercado de trabalho - 2008

Condição no mercado de trabalho	Total			Ativos		
	Cadastro	Beneficiários	Não-beneficiários	Cadastro	Beneficiários	Não-beneficiários
Não trabalha	56,0%	58,2%	51,5%	-	-	-
Trabalhador rural	13,1%	14,6%	9,9%	44,1%	51,4%	30,8%
Outro	11,0%	11,1%	10,8%	-	-	-
Autônomo s/ previdência	7,8%	7,7%	8,2%	26,5%	26,9%	25,6%
Assalariado s/ carteira	4,4%	3,4%	6,4%	14,9%	12,1%	19,9%
Assalariado c/ carteira	4,1%	2,5%	7,2%	13,7%	8,9%	22,5%
Aposentado/Pensionista	2,7%	1,6%	5,1%	-	-	-
Campo não informado	0,7%	0,7%	0,6%	-	-	-
Autônomo c/ previdência	0,2%	0,1%	0,3%	0,6%	0,4%	0,9%
Empregador	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Empregador rural	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 64 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Cadastro Único de 31/07/2008.

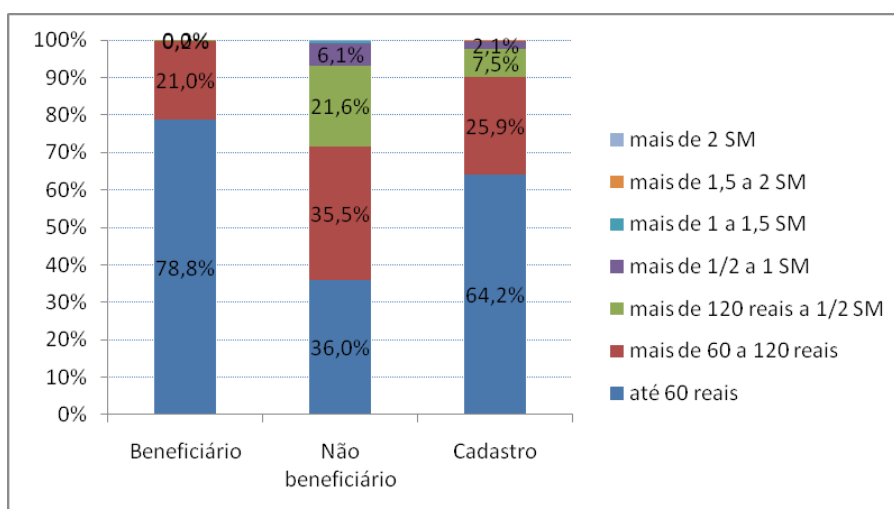
De um modo geral, quando se consideram apenas os cadastrados ativos no mercado de trabalho (exclusive ‘Não trabalha’, ‘Aposentado/Pensionista’, ‘Outro’ e ‘Não informado’), observa-se que 44,1% são trabalhadores rurais, 41,4% são trabalhadores informais (autônomo sem previdência e assalariado sem carteira) e 13,7% são assalariados com registro em carteira. A comparação entre beneficiários ativos e não-beneficiários mostra que, entre aqueles, é maior a proporção de trabalhadores rurais (20,6 pontos percentuais superior) e menor a proporção de assalariados, sobretudo com registro em carteira (13,6 pontos percentuais inferior).

Com toda a cautela que a base de dados inspira, observa-se, em síntese, maior ênfase entre os cadastrados nos que não trabalham (56%), no trabalhador rural (44,1% dos ativos) e nos informais (41,4%), sendo que entre os beneficiários essas proporções são maiores (58,2% não trabalham, 51,4% dos ativos são trabalhadores rurais), com exceção

da informalidade que é um pouco menor (39%), porém o registro em carteira dos beneficiários é substancialmente menor (9% contra 22% dos ativos). Na melhor das hipóteses isso indicaria focalização “correta” em critérios como não trabalha, trabalho rural e sem carteira, que foram as maiores diferenças observadas entre beneficiários e não beneficiários. Porém não há como afastar hipóteses preocupantes como subdeclaração de trabalho e armadilha da precariedade por parte do beneficiário (e do cadastrado em geral), por temor de não ser elegível ao programa.

Quanto ao perfil de renda dos cadastrados, beneficiários e não-beneficiários, tem-se que 78,8% dos beneficiários em idade ativa têm renda familiar per capita de até R\$ 60,00, estando, portanto, dentro da faixa dos extremamente pobres, enquanto esta proporção é muito inferior entre os não-beneficiários do programa (36,0%). A faixa subsequente, que configura a linha de pobreza, possui maior proporção de não-beneficiários (35,5%) em comparação aos beneficiários (21,0%). Entre os não-beneficiários, ainda se observa a presença de 21,6% de famílias com renda familiar per capita entre R\$120,00 e R\$207,50 (1/2 salário mínimo da época). O gráfico A, abaixo, mostra a distribuição dos cadastrados por faixas de renda.

Gráfico A: Distribuição dos cadastrados em idade ativa* segundo a Faixa de Renda familiar per capita e o Recebimento de BF – 2008



* Idade ativa = 16 a 64 anos

SM = R\$415,00

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Adicionalmente, calculamos a renda familiar per capita média dos beneficiários em idade ativa (Cadastro 2008) em R\$44,06 e dos não beneficiários em idade ativa em R\$247,12 (renda sem benefícios).

Mesmo não havendo como excluir nesse momento a hipótese de subdeclaração de renda no Cadastro de um modo geral, uma possível interpretação para a maior concentração dos beneficiários na faixa até 120 reais, e a presença de muitos pobres e extremamente pobres entre os não beneficiários, é que apesar de ter uma boa focalização nos muito pobres, o PBF ainda apresenta falhas no processo de seleção. Aqui preocupa a não transparência do processo de seleção que declaradamente priorizaria os extremamente pobres.

Tabela 2: Síntese mercado de trabalho e renda média: pobres em idade ativa 2008

	Cadastrado	Beneficiário	Não beneficiário
--	------------	--------------	------------------

Não trabalha	56%	58,2%	51,5%
Empregado formal*	14,3%	9,3%	23,4%
Trabalhador rural	44,1%	51,4%	30,8%
Renda Média (em R\$)	113,22	44,06	247,12
Concentração até 120	90,1%	99,8%	71,5%
Concentração até 60	64,2%	78,8%	36,0%

* Assalariado com carteira e autônomo com previdência

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Em síntese há dois efeitos problemáticos que é preciso separar: o efeito “framing”, isto é, o mero responder a perguntas do Cadastro acabar por induzir respostas “certas”, e o efeito seleção, decorrente dos critérios utilizados para escolher os beneficiários. Enquanto o primeiro indicaria subdeclaração de renda e superdeclaração de desocupação, o segundo indicaria decisões (os procedimentos de seleção) que precisam ser conhecidas para que sejam publicamente escrutinadas.

Com todas as precauções necessárias, exploramos um pouco mais o Cadastro, para conhecer e, sobretudo, comparar os perfis de beneficiários e não beneficiários em idade ativa em termos de características adscritivas como sexo, idade e cor, e outras, como escolarização e localização. Supusemos que esses perfis seriam comparáveis (por estarem sujeitos aos mesmos vieses), mas quanto aos valores absolutos assumidos pelas variáveis não pudemos fazer afirmações peremptórias sem antes checar com os dados do suplemento da PNAD o que faremos na seção 3.

2.1. Sexo e idade

A tabela 3 traz a distribuição dos beneficiários em idade ativa, conforme a Condição no mercado de trabalho, sexo e idade. Nela pode-se observar que, entre as mulheres em idade ativa, 64,5% declararam não trabalhar, proporção esta superior à dos homens. Já entre os homens, 20,9% são trabalhadores rurais, enquanto apenas 9,8% das mulheres estão nesta condição no mercado de trabalho (porém esta é a ocupação mais frequente também entre as mulheres).

Tabela 3: Distribuição dos beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Sexo e Faixa etária – 2008

Condição no mercado de trabalho	Sexo		Faixa etária					
	Feminino	Masculino	16-19	20-24	25-29	30-44	45-59	60-64
Campo não informado	0,7%	0,7%	0,5%	0,4%	0,5%	0,9%	0,9%	0,8%
Empregador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado c/ carteira	1,7%	3,7%	0,1%	0,7%	2,2%	4,4%	3,1%	1,4%
Assalariado s/ carteira	3,1%	3,9%	0,2%	1,2%	3,3%	5,6%	4,4%	2,6%
Autônomo c/ previdência	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Autônomo s/ previdência	6,9%	8,6%	0,4%	3,3%	8,2%	11,7%	10,3%	7,6%
Aposentado/Pensionista	1,9%	1,2%	0,2%	0,4%	0,6%	1,3%	3,7%	14,0%
Trabalhador rural	9,8%	20,9%	0,9%	7,2%	15,6%	18,7%	25,2%	22,7%
Empregador rural	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Não trabalha	64,5%	50,0%	96,8%	80,4%	55,5%	41,4%	37,9%	38,9%
Outro	11,3%	10,9%	0,9%	6,3%	13,9%	15,8%	14,1%	11,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Não trabalha	62,8%	37,2%	30,9%	19,2%	11,6%	25,7%	11,1%	1,4%
Trabalhador rural	38,0%	62,0%	1,1%	6,8%	13,0%	46,3%	29,5%	3,2%
Assalariado c/ carteira	37,3%	62,7%	0,8%	4,1%	10,6%	62,2%	21,1%	1,1%
Assalariado s/ carteira	51,1%	48,9%	0,9%	5,0%	11,8%	58,6%	22,1%	1,6%

* Idade ativa = 16 a 64 anos.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

As mulheres representam 56,6% dos beneficiários em idade ativa. Dentre estes beneficiários que não trabalham, elas estão sobrerrepresentadas, respondendo por 62,8%. Entre os beneficiários em idade ativa que trabalham no campo, por seu turno, ocorre o inverso, ou seja, 62% são do sexo masculino. Os homens estão sobrerrepresentados no assalariamento com carteira, as mulheres, no sem carteira.

De acordo com a tabela 4, entre os não-beneficiários em idade ativa ocorre o mesmo que entre os beneficiários desta faixa etária, isto é, a proporção de mulheres que declarou não trabalhar é superior à proporção de homens e a proporção de homens no trabalho rural supera à de mulheres.

Tabela 4: Distribuição dos não-beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Posição na ocupação, Sexo e Faixa etária – 2008

Posição na ocupação	Sexo		Faixa etária					
	Feminino	Masculino	16-19	20-24	25-29	30-44	45-59	60-64
Campo não informado	0,6%	0,6%	0,7%	0,5%	0,3%	0,6%	0,8%	0,9%
Empregador	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Assalariado c/ carteira	5,4%	9,5%	0,6%	3,4%	7,4%	12,1%	8,6%	2,7%
Assalariado s/ carteira	6,0%	6,8%	0,6%	3,3%	6,7%	9,8%	8,1%	3,6%
Autônomo c/ previdência	0,2%	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,4%	0,5%	0,3%
Autônomo s/ previdência	6,8%	10,0%	0,8%	4,2%	8,4%	12,2%	11,1%	6,1%
Aposentado/Pensionista	6,3%	3,6%	0,5%	0,7%	1,1%	2,4%	10,6%	39,6%
Trabalhador rural	5,9%	14,9%	1,8%	8,4%	12,4%	10,8%	13,3%	11,4%
Empregador rural	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Não trabalha	58,2%	43,0%	93,0%	70,9%	49,8%	37,2%	34,5%	27,7%
Outro	10,4%	11,2%	2,0%	8,4%	13,5%	14,4%	12,3%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Não trabalha	63,1%	36,9%	26,0%	22,7%	13,1%	22,2%	13,5%	2,6%
Trabalhador rural	33,5%	66,5%	2,6%	14,1%	17,0%	33,5%	27,2%	5,6%
Assalariado c/ carteira	41,7%	58,3%	1,1%	7,8%	13,9%	51,4%	23,9%	1,8%
Assalariado s/ carteira	52,7%	47,3%	1,3%	8,5%	14,3%	47,4%	25,8%	2,7%

* Idade ativa = 16 a 64 anos.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Cabe enfatizar a maior proporção de assalariados entre os não-beneficiários relativamente aos beneficiários, como visto na tabela 1. A partir disto, observa-se, na tabela 4, que há diferenças de sexo entre os assalariados. Como entre os beneficiários, enquanto entre os assalariados com registro em carteira a maioria é do sexo masculino (58,3%), entre os assalariados sem carteira assinada a maioria é do sexo feminino (52,5%). Além disso, entre as mulheres, 11,4% são assalariados formais e informais, enquanto entre os homens esta proporção é de 16,3%.

Em síntese a mulher beneficiária em idade ativa está mais desocupada, é menos assalariada e tem menos registro em carteira, apesar de estar menos concentrada no trabalho rural, na comparação com os homens.

Analisando a variável faixa etária dos beneficiários (tabela 3), pode-se ver que a maioria dos jovens entre 16 e 29 anos declararam não trabalhar, sobretudo os jovens entre 16 e 24 anos. Entre os jovens, a escolaridade com maior frequência relativa é o fundamental incompleto (40%); a crer nas informações do Cadastro, é razoável supor que pelo menos entre os jovens na faixa entre 25 e 29 anos, na qual cerca de 30% têm esse nível de escolaridade, uma boa parte não trabalhe (55%) nem estude. Entre 30 e 59 anos, por sua vez, são significativas as proporções de trabalhadores rurais e autônomos sem previdência. Dentre os que não trabalham, a proporção torna-se decrescente com o aumento da idade, havendo uma inflexão na faixa entre 30 e 44 anos, em que estão um quarto dos que declararam não trabalhar. Portanto, há aqueles que não trabalham por estarem estudando (jovens) ou por dificuldade de conseguir o primeiro emprego, que representam 31% dos sem trabalho (a maior frequência relativa), mas também é significativa a proporção daqueles que não trabalham mesmo estando na idade em que já deveriam ser ativos no mercado de trabalho (adultos de 30 a 44 anos).

Em relação aos trabalhadores rurais beneficiários do programa, sua proporção aumenta com a idade, sendo a faixa etária de 30 a 44 anos a que mais concentra esta ocupação (46,3%).

Em síntese, há uma maior concentração de jovens entre os beneficiários que não trabalham (mais de 60%), sendo que boa parte desses provavelmente também não estudam. O trabalho rural concentra os beneficiários adultos, entretanto um quarto destes também não trabalham.

Assim como os beneficiários, também os não-beneficiários do PBF com idade ativa que não trabalham (tabela 4) são, em sua maioria, jovens, de 16 a 24 anos de idade, sendo esta proporção decrescente com a idade. Uma boa parte destes também tem apenas o fundamental incompleto mesmo na faixa de 25 a 29 anos (cerca de 27%), sendo essa também a escolaridade mais freqüente (37,5%), ainda que a situação seja um pouco melhor que a dos beneficiários. Entre 25 e 59 anos, por seu turno, é importante a proporção de assalariados (formais e informais) entre os não-beneficiários, sobretudo na faixa entre 30 e 44 anos, em que 21,9% estão nesta condição no mercado de trabalho. Do total de empregados formais, 51,4% e 23,9% têm entre 30 e 44 e entre 45 e 59 anos, respectivamente. Já a proporção de empregados sem registro em carteira nestas faixas é de 47,4% e 25,8%. Portanto, são os adultos que mais se inserem no mercado de trabalho como assalariados, independente de terem ou não registro em carteira.

Conclui-se, assim, que entre as mulheres é superior a proporção daquelas que não trabalham, relativamente aos homens, sendo esta proporção maior entre os beneficiários. No entanto, a proporção de trabalhadores rurais é maior entre os homens, sobretudo entre os beneficiários. Quanto à faixa etária, o que se observa é um decréscimo com a idade da proporção dos que declaram não trabalhar, tanto entre beneficiários quanto entre não-beneficiários, sendo que os que não trabalham estão fortemente concentrados na juventude. E essas condições que seriam verdadeiras para todos os cadastrados são mais intensas entre os beneficiários.

Tabela 5: Síntese mercado de trabalho: sexo e faixa etária 2008

	Homem	Homem	Mulher	Mulher	Jovem 20-29	Jovem	Adulto 30-59	Adulto
	B.	Ñ B.	B.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	37,2%	36,9%	62,8%	63,1%	30,8%	35,8%	36,9%	35,6%
Rural	62,0%	66,5%	38,0%	33,5%	19,8%	31,1%	75,8%	60,7%
Carteira	62,7%	58,3%	37,3%	41,7%	14,7%	21,7%	83,3%	75,4%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

2.2. Escolaridade e localidade (rural vs urbano)

As tabelas 1A e 2A (no anexo A) mostram a distribuição dos beneficiários e dos não-beneficiários em idade ativa segundo a condição no mercado de trabalho por localidade e escolaridade. Em relação à localidade, a maioria dos beneficiários e não beneficiários em idade ativa vivem na área urbana, sendo que esta proporção é maior entre os não-beneficiários (três quartos em comparação com dois terços).

Contudo, quando são considerados os cadastrados em idade ativa por tipo de localidade, tem-se que 64,7% dos cadastrados que vivem na cidade são beneficiários, enquanto 72,8% dos cadastrados que vivem na área rural recebem o benefício. Assim, dada a melhor cobertura na área rural, a maior proporção de beneficiários vivendo na área urbana (tabela 1A) se deve ao fato de haver uma proporção significativa de pessoas da cidade no Cadastro Único (69,3% das pessoas em idade ativa), e não a uma priorização deste público no processo de seleção. Ao contrário, poderia se supor uma ênfase na área rural.

Agora vamos observar essa clivagem em interação com a situação no mercado de trabalho. Considerando-se apenas os beneficiários que vivem na cidade, tem-se que 60,4% não trabalham e 10,3% são trabalhadores autônomos sem previdência social. Já dos beneficiários que vivem no meio rural, a proporção dos que não trabalham é um pouco menor (53,9%), sendo superior à proporção de trabalhadores rurais (31,9%), como é de se esperar. A intensidade da desocupação é maior na cidade; na zona urbana, a condição precária no mercado de trabalho é sinalizada pela concentração nos autônomos sem previdência e na área rural, no trabalho rural agrícola.

Analisando os não cobertos pelo programa Bolsa Família, observa-se que 52,7% dos que vivem na cidade declaram não trabalhar, 15,8% são assalariados com e sem registro em carteira e 10% são trabalhadores autônomos sem previdência. Dos não-beneficiários que vivem no campo, por seu turno, 48,1% não trabalham, 27,2% são trabalhadores rurais e 6,7% são aposentados/pensionistas. Portanto, também para os não-beneficiários a proporção dos que não trabalham é elevada, sendo menor na área rural que na urbana, no entanto todas essas proporções são inferiores às observadas entre os beneficiários. Outra diferença importante é a maior presença de registro em carteira, ainda que também prevaleça o trabalho autônomo sem previdência.

Em relação à escolaridade, tanto para beneficiários quanto para não-beneficiários as proporções se concentram na faixa dos ciclos Básico (1^a. a 4^a. série) e Fundamental

incompletos (5^a. a 8^a. séries). É, contudo, significativa a proporção de analfabetos (12,6% entre os beneficiários, 10,7% entre os não-beneficiários). Adicionalmente, enquanto 78,5% dos beneficiários não conseguiram completar o Ensino Fundamental (até a oitava série), 71,0% dos não-beneficiários não completaram este ciclo. Em consequência, a proporção de não-beneficiários com Ensino Médio completo é notavelmente superior à encontrada entre os que recebem o benefício (11,8% e 7,3%, respectivamente). A partir disto, pode-se afirmar que a seleção dos beneficiários tem incidido relativamente sobre as pessoas mais vulneráveis quanto à escolaridade.

Analisando os dados de escolaridade para os beneficiários em idade ativa (tabela 1A) segundo a condição no mercado de trabalho, tem-se que as ocupações com maior proporção de analfabetos são Aposentados/pensionistas, empregadores rurais e trabalhadores rurais. No entanto, a faixa de escolaridade 'Básico incompleto' é a que mais concentra estas ocupações (42,7% dos trabalhadores rurais, 38,8% dos empregadores rurais e 36,7% dos aposentados/pensionistas). Entre os trabalhadores autônomos, os assalariados e os empregadores, é significativa a proporção daqueles que não completaram o Ensino Básico ou o Ensino Fundamental. Entre aqueles que declararam não trabalhar, por seu turno, 34,6% não completaram o Fundamental, 24,3% não completaram o Básico, mas 15% já chegaram ao Ensino Médio, porém sem completá-lo. Entretanto, 78,4% dos beneficiários em idade ativa com Médio incompleto declararam não trabalhar. Entre os beneficiários com Fundamental incompleto, por outro lado, 69,0% não trabalham.

Em relação aos não cobertos pelo programa Bolsa Família, as maiores proporções de analfabetos ocorrem entre os Aposentados/pensionistas, empregadores rurais e trabalhadores rurais, como entre os beneficiários. No entanto, entre os assalariados e autônomos não-beneficiários, destaca-se o fato de haver maior proporção de pessoas com Ensino médio completo, relativamente aos assalariados e autônomos cobertos pelo PBF, ainda que as faixas 'Fundamental incompleto' e 'Básico incompleto' tenham proporções significativas (tabela 2A).

Tabela 6: Síntese mercado de trabalho: localidade e escolaridade 2008

	Rural	Rural	Urbano	Urbano	Analf.	Analf.	Fund.I.	Fund.I.
	Ben.	ÑB.	Ben.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	30,8%	23,7%	69,2%	76,3%	9,2%	8,5%	34,6%	33,4%
Aut. s/ Prev.	10,2%	9,4%	89,8%	90,6%	9,3%	7,6%	30,4%	29,6%
Apos./Pens.	28,7%	33,2%	71,3%	66,8%	28,2%	33,3%	15,8%	11,2%
Trab. rural	72,5%	69,9%	27,5%	30,1%	26,6%	19,8%	13,6%	18,8%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Portanto, quanto à localidade o que se observa é uma maior cobertura na área rural e uma maior proporção daqueles que vivem na área rural entre os beneficiários na comparação com os não beneficiários (embora a maior parte deles, beneficiários e não beneficiários, viva no meio urbano). Quanto ao desemprego, a desocupação urbana é mais intensa, e é maior entre os beneficiários. Quanto à ocupação, no urbano prevalecem os autônomos sem previdência, no rural os trabalhadores rurais, o que é verdadeiro para os dois grupos de beneficiários e não beneficiários, sendo que a concentração nessas duas ocupações é mais suave entre os não beneficiários. Em relação à escolaridade, por sua vez, vê-se que grande parte tanto de beneficiários quanto não-beneficiários sequer completou o Ensino Fundamental. Destaca-se ainda a maior concentração de analfabetos entre os aposentados e trabalhadores rurais, e de fundamental incompleto entre os assalariados sejam formais ou informais. Deve-se

mencionar ainda a maior proporção de pessoas que completaram o Ensino Médio entre os não cobertos pelo programa.

2.3. Cor e região do país

A tabela 7 mostra a distribuição dos beneficiários do programa com idade ativa de acordo com a cor e a região geográfica onde vivem. Em relação à cor dos beneficiários em idade ativa, tem-se que a maioria é negra (61,7% são pardos e 9,3% são pretos) e 28,0% são brancos. A proporção de negros é maior entre os trabalhadores rurais (75,2%) e menor entre os autônomos com previdência social (58,2%), que é a condição no mercado de trabalho com maior proporção de brancos (41,2%), seguida pelos assalariados com carteira (38,7%).

Tabela 7: Distribuição dos beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Cor e Região - 2008

Condição no mercado de trabalho	Cor/etnia				Região					
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Norte	NE	SE	Sul	CO	Total
Campo não informado	29,4%	69,6%	0,5%	0,5%	6,3%	54,3%	25,3%	8,4%	5,7%	100,0%
Empregador	30,0%	69,0%	0,5%	0,5%	12,9%	46,9%	22,6%	8,9%	8,7%	100,0%
Assalariado c/ carteira	38,7%	60,8%	0,3%	0,2%	3,3%	27,8%	46,4%	16,4%	6,1%	100,0%
Assalariado s/ carteira	34,9%	64,2%	0,4%	0,5%	10,5%	32,3%	33,4%	12,0%	11,9%	100,0%
Autônomo c/ previdência	41,2%	58,2%	0,3%	0,3%	9,3%	20,9%	47,7%	17,1%	5,1%	100,0%
Autônomo s/ previdência	31,9%	67,4%	0,3%	0,4%	10,4%	34,4%	32,5%	14,6%	8,1%	100,0%
Aposentado/Pensionista	31,7%	67,5%	0,4%	0,5%	6,2%	45,4%	31,9%	12,1%	4,3%	100,0%
Trabalhador rural	23,4%	75,2%	0,5%	0,9%	8,0%	73,7%	10,8%	5,9%	1,6%	100,0%
Empregador rural	26,9%	71,9%	0,6%	0,7%	12,9%	56,8%	15,4%	8,6%	6,3%	100,0%
Não trabalha	28,2%	70,8%	0,3%	0,6%	10,4%	50,3%	26,2%	8,3%	4,8%	100,0%
Outro	25,3%	73,8%	0,3%	0,6%	11,0%	52,4%	26,4%	6,3%	3,9%	100,0%
Total	28,0%	71,0%	0,4%	0,6%	9,9%	51,5%	25,3%	8,6%	4,8%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 64 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Quanto à região geográfica, pouco mais da metade dos beneficiários vivem no Nordeste e um quarto vivem no Sudeste. No entanto, segundo a condição no mercado de trabalho há diferenças regionais. Enquanto as ocupações rurais se concentram mais no Nordeste, as ocupações urbanas se concentram nas regiões Sudeste e Sul. Assim, 73,7% dos trabalhadores rurais vivem no NE e apenas 16,7% vivem ou no SE ou no Sul do país. No caso dos trabalhadores autônomos com previdência ocorre o inverso: 64,8% vivem nas regiões SE e Sul (sobretudo na primeira) e 20,9% vivem no NE. Entre os assalariados com carteira assinada, 62,8% vivem no SE e no Sul e 27,8% vivem na região NE.

A tabela 8 mostra a distribuição dos não cobertos pelo programa Bolsa Família com idade entre 16 e 64 anos, conforme a condição no mercado de trabalho por cor/etnia e região.

Como entre os beneficiários, a maioria dos não-beneficiários em idade ativa é negra (62,4%), porém a proporção de brancos é superior à encontrada para os beneficiários (37,1%). Assim como entre os beneficiários, a maior proporção de negros (pretos e

pardos) ocorre entre os trabalhadores rurais (69,0%), sendo este percentual mais baixo do que entre os beneficiários, e a menor ocorre entre os trabalhadores autônomos com previdência (42,4%), em que 57,2% são brancos, um percentual ligeiramente superior ao observado entre os beneficiários. Quanto à região geográfica, a diferença de proporção de não beneficiários entre NE e SE é bem menor que a encontrada para os beneficiários (5,4 pontos percentuais apenas), sendo que 37,3% dos não cobertos vivem na região NE.

Tabela 8: Distribuição dos não-beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Cor e Região - 2008

Condição no mercado de trabalho	Cor				Região					
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Norte	NE	SE	Sul	CO	Total
Campo não informado	41,8%	57,5%	0,4%	0,2%	4,2%	43,3%	30,6%	14,4%	7,5%	100,0%
Empregador	48,0%	51,4%	0,4%	0,2%	7,8%	29,0%	27,5%	26,6%	9,1%	100,0%
Assalariado c/ carteira	48,2%	51,4%	0,2%	0,1%	2,0%	19,1%	45,8%	26,0%	7,2%	100,0%
Assalariado s/ carteira	41,0%	58,4%	0,3%	0,2%	7,9%	28,1%	35,2%	16,5%	12,3%	100,0%
Autônomo c/ previdência	57,2%	42,4%	0,3%	0,2%	4,8%	13,0%	42,6%	34,5%	5,1%	100,0%
Autônomo s/ previdência	40,6%	58,9%	0,3%	0,2%	6,8%	24,5%	32,8%	23,0%	12,9%	100,0%
Aposentado/Pensionista	37,4%	62,0%	0,3%	0,3%	4,7%	46,0%	28,3%	16,2%	4,8%	100,0%
Trabalhador rural	30,3%	69,0%	0,4%	0,3%	8,2%	59,9%	16,3%	13,0%	2,5%	100,0%
Empregador rural	37,7%	61,6%	0,5%	0,2%	8,6%	44,8%	23,0%	16,2%	7,4%	100,0%
Não trabalha	37,0%	62,5%	0,3%	0,2%	7,5%	36,7%	32,8%	15,1%	7,9%	100,0%
Outro	30,5%	69,0%	0,3%	0,2%	10,0%	42,2%	32,0%	10,2%	5,6%	100,0%
Total	37,1%	62,4%	0,3%	0,2%	7,2%	37,3%	31,9%	16,0%	7,6%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 64 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Considerando a condição na ocupação, a mesma diferenciação entre NE e SE/Sul ocorre entre os não-beneficiários, entretanto aumenta o peso da região Sul na comparação com os beneficiários. Entre os não-beneficiários autônomos com previdência, 42,6% vivem na região SE e 34,5% vivem na região Sul. Já entre os assalariados com carteira, 45,8% vivem na região SE e 26,0% no Sul. Destaca-se a condição 'Empregador' em que, entre beneficiários, 46,9% vivem no NE e apenas 8,9% vivem no Sul, enquanto, entre os não-beneficiários, a proporção dos que vivem no NE cai para 29,0% e a proporção do Sul sobe para 26,6%.

Tabela 9: Síntese mercado de trabalho: cor e região 2008

	Negros	Negros	Brancos	Brancos	N/NE	N/NE	S/SE	S/SE
	Ben.	ÑB.	Ben.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	70,8%	62,5%	28,2%	37,0%	60,7%	44,2%	34,5%	47,9%
Trab. Rural	75,2%	69,0%	23,4%	30,3%	81,7%	68,1%	16,7%	29,4%
Ass. c/ cart.	60,8%	51,4%	38,7%	48,2%	31,1%	21,1%	62,9%	71,8%
Empregador	69,0%	51,4%	30,0%	48,0%	59,8%	36,8%	31,5%	54,1%
Aut. c/ Prev.	58,2%	42,4%	41,2%	57,2%	30,1%	17,8%	64,8%	77,1%

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Conclui-se, assim, que a proporção de negros é maior entre os beneficiários do PBF relativamente aos não beneficiários. Os negros são mais de 70% dos beneficiários em idade ativa que não trabalham (também são maioria entre os não beneficiários que não trabalham, mas em menor proporção) e são 75% dos trabalhadores rurais (também são maioria entre os trabalhadores rurais não beneficiários, mas em proporção inferior). Quanto à região, os beneficiários se concentram nas regiões Nordeste e Norte, enquanto entre os não beneficiários é maior a proporção de pessoas que vivem no Sudeste e no

Sul do país. As regiões Sudeste (especialmente) e Sul concentram os beneficiários autônomos com previdência e os assalariados com carteira, enquanto o Nordeste (especialmente) e o Norte concentram os trabalhadores rurais. A mesma diferenciação em relação a Nordeste/Norte e Sudeste/Sul ocorre entre os não beneficiários (o peso da região Sul é entretanto maior), em que as ocupações rurais são mais frequentes no primeiro (um pouco menos que entre os beneficiários) e as urbanas, no segundo grupo (mais intensamente que entre os beneficiários). Destaca-se a condição de empregador para os não beneficiários, em que NE e Sul quase se igualam, em contraste com os beneficiários empregadores que claramente se concentram na região Nordeste.

2.4. Trabalho Infantil

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵ e com a Constituição Federal⁶, é proibido o trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Sendo assim, na análise das condições no mercado de trabalho das crianças beneficiárias e não-beneficiárias do programa Bolsa Família, a idade considerada será de até 15 anos.

Em julho de 2008, havia 25,9 milhões de crianças inscritas no Cadastro Único, sendo que destas 77% eram beneficiárias do programa Bolsa Família, o que equivale a quase 20 milhões de crianças de até 15 anos de idade inclusive. Do total de crianças cadastradas, 17,9% tinham até 4 anos de idade (4,6 milhões de crianças), 34,9% tinham entre 5 e 9 anos (7,0 milhões) e 47,2% tinham idade entre 10 e 15 anos (9,7 milhões).

Quanto à proporção de crianças beneficiárias em cada faixa etária, observa-se um crescimento da cobertura com a idade. Assim, 69,3% das crianças da primeira faixa recebiam o benefício do PBF, 77,6% das crianças entre 5 e 9 anos eram beneficiárias e 79,4% das crianças da última faixa etária participavam do programa.

Tabela 10
Distribuição dos cadastrados menores de 16 anos, segundo Condição no mercado de trabalho - 2008

Condição no mercado de trabalho	Beneficiários	Não-beneficiários	Cadastrados
Campo não informado	0,1%	0,1%	0,1%
Empregador	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado c/ carteira	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado s/ carteira	0,0%	0,0%	0,0%
Autônomo c/ previdência	0,0%	0,0%	0,0%
Autônomo s/ previdência	0,0%	0,0%	0,0%
Aposentado/Pensionista	0,1%	0,3%	0,2%
Trabalhador rural	0,1%	0,1%	0,1%
Empregador rural	0,0%	0,0%	0,0%
Não trabalha	99,6%	99,3%	99,5%
Outro	0,1%	0,2%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

⁵ Ver Artigo 60º do capítulo V da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

⁶ Ver inciso XXXIII do Artigo 7º do capítulo II da Constituição Federal.

A tabela 10 mostra a distribuição dos cadastrados menores de 16 anos conforme sua condição no mercado de trabalho. Nela podemos ver que 99,5% das crianças do CadÚnico declararam não trabalhar, o que poderia indicar o fim do trabalho infantil entre os pobres brasileiros. A diferença entre beneficiários e não beneficiários é ínfima e nos leva a concluir que quase a totalidade das crianças de até 15 anos de idade não trabalhava no período, independente de serem ou não beneficiárias do programa Bolsa Família. No entanto, deve-se ter claro que as informações do CadÚnico são declaradas pelos requerentes ao benefício do Bolsa Família, podendo a resposta ser tendenciosa.

* * *

O quadro abaixo sintetiza as informações gerais dos cadastrados em idade ativa quanto a sexo, idade, cor, escolaridade, região, localidade, desemprego, emprego formal, renda e trabalho infantil.

Quadro 1:

Variáveis	Beneficiários	Não-beneficiários
Sexo	56,6% são mulheres	55,8% são mulheres
Idade	26,1% têm entre 20 e 29 anos	30,0% têm entre 20 e 29 anos
Cor	71% são negras	62,4% são negras
Escolaridade	78,5% não conseguiram completar o Ensino Fundamental	71,0% não conseguiram completar o Ensino Fundamental
Região	51,5% vivem no NE	37,2% vivem no NE
Localidade	66,7% vivem na cidade	74,6% vivem na cidade
Condição no mercado de trabalho	58,2% não trabalham	51,5% não trabalham
Emprego formal	9,3%	23,4%
Renda familiar per capita média	R\$44,06	R\$247,12
Trabalho infantil	0,4%	0,7%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Observamos que a concentração de beneficiários em idade ativa em mulheres, negros, pessoas de baixa escolaridade, residentes na região Nordeste e moradores da zona rural reflete corretamente a maior vulnerabilidade desses grupos no mercado de trabalho, em termos de desocupação e ocupações mais precárias. Observamos adicionalmente que ainda que haja a mesma ênfase nesses grupos no universo dos não beneficiários, sua incidência é menor, o que nos permitiria inferir um “efeito seleção”. Uma terceira observação é que dada a sobre-representação desses grupos no universo de pobres, um programa de transferência de renda para os pobres não precisaria focalizar neles para atingi-los preferencialmente. Com os dados da PNAD pretendemos verificar um possível efeito “*framing*”.

3. Identificação de beneficiários na PNAD

Dada a dificuldade de se obter informações sobre a ocupação e o setor de atividade dos beneficiários do programa Bolsa Família no Cadastro Único, devido, sobretudo, à grande proporção de pessoas que declararam não trabalhar, optou-se por utilizar os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como alternativa. Nosso interesse, como já mencionado, foi verificar a ocorrência de subdeclaração no Cadastro, notadamente no que se refere a emprego, renda e trabalho infantil. A ausência de uma variável que identifica o beneficiário do PBF em todos os anos de pesquisa da PNAD nos fizeram optar pelo ano de 2006, visto que neste ano o

IBGE fez uma pesquisa suplementar sobre o acesso a transferências de renda de programas sociais, identificando o recebimento de Bolsa Família, BPC, PETI e outros programas. Uma dificuldade que tivemos que superar diz respeito à linha de pobreza usada pelo MDS, que detalhamos na próxima seção, e que nos fez ampliar o valor da linha para 1 salário mínimo.

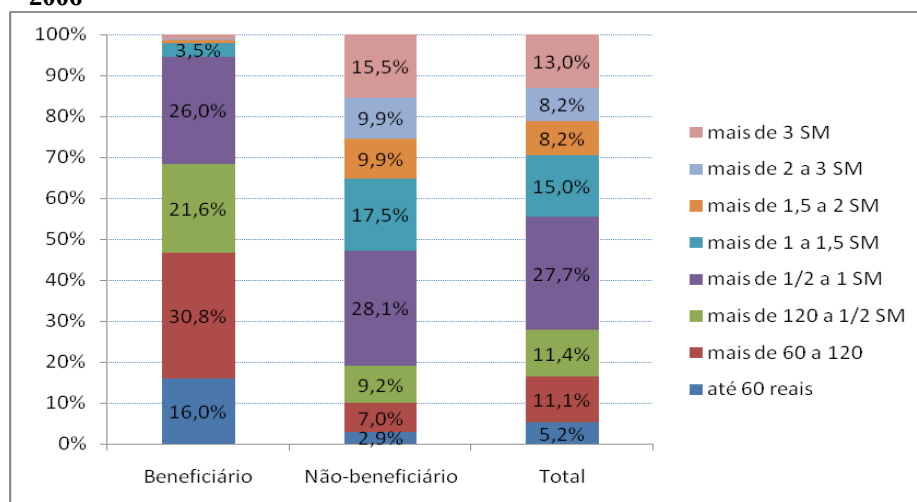
3.1. Linha de pobreza usada pelo MDS

Em 2006, estavam aptas a se cadastrar junto ao MDS para solicitar o benefício do Programa Bolsa Família as famílias cuja renda domiciliar per capita fosse menor ou igual a R\$120,00. A linha de extrema pobreza usada pelo ministério era de até R\$60,00 per capita, sendo que não seria necessário haver crianças na família para solicitar o benefício, enquanto a linha de pobreza era de R\$60,01 a R\$120,00 per capita para as famílias com crianças entre seus membros⁷.

No entanto, os dados da PNAD de 2006, que possui uma pesquisa suplementar sobre o acesso a transferências de renda de programas sociais, mostram que há famílias beneficiárias com renda domiciliar per capita acima da linha de pobreza do MDS. De acordo com o gráfico B, 46,8% dos beneficiários em idade ativa tinham renda familiar per capita de até R\$120,00 (linha de pobreza) em 2006 (no Cadastro, em contraste, constatamos que a quase totalidade dos beneficiários em idade ativa se concentravam nessa faixa). Além disso, 21,6% destes estavam na faixa subsequente e mais de um quarto das famílias beneficiárias tinham renda familiar entre ½ e 1 SM per capita.

Gráfico B:

Distribuição dos beneficiários e não-beneficiários em idade ativa* do PBF segundo a faixa de RDPC – 2006



* Idade ativa = 16 a 64 anos.

SM = R\$350,00

Fonte: PNAD 2006.

⁷ Os valores para as linhas de pobreza e extrema pobreza foram reajustados pela primeira vez pelo Decreto 5.749 de abril de 2006, em que as situações de extrema pobreza e pobreza eram caracterizadas como aquelas em que as famílias contassem com renda mensal familiar *per capita* inferior a R\$60,00 e a R\$120,00, respectivamente. Outra alteração dos limites de renda definidores da extrema pobreza e da pobreza foi realizada pelo Decreto 6.824 de abril de 2009, quando os valores foram reajustados para R\$69,00 e R\$137,00 mensais familiares *per capita*, respectivamente. Já o Decreto 6.917 de julho de 2009 arredondou esses valores para R\$70,00 e R\$140,00.

O fato de haver famílias com renda domiciliar per capita acima da linha de corte usada pelo MDS na seleção dos beneficiários do PBF pode ser justificado, como em Soares et alli (2009, pg.18)⁸, pela volatilidade da renda de famílias pobres. Segundo os autores, “a renda informada na PNAD refere-se a apenas um mês do ano e não traduz com precisão a condição socioeconômica das famílias”, podendo haver famílias, observadas como não-pobres na pesquisa, muito vulneráveis à pobreza e, portanto, elegíveis ao programa. Outro fator importante é o período de verificação das características socioeconômicas das famílias beneficiárias, que é de dois anos, o que possibilita a permanência no programa, ainda que por um período curto de tempo, de famílias que superaram a condição de pobreza.

Quando estendemos a linha de pobreza para 1 SM, verificamos que esta é a condição de 94,4% dos beneficiários na PNAD. Além disso, o número de beneficiários entre 16 e 64 anos se aproxima mais do encontrado para o total de beneficiários desta faixa etária identificados na PNAD (21,1 milhões de pessoas – beneficiários entre 16 e 64 anos; 20 milhões – beneficiários com renda domiciliar per capita de até 1 SM e idade entre 16 e 64 anos). Se a linha de corte fosse $\frac{1}{2}$ SM, o número de beneficiários em idade ativa cairia para 14,5 milhões de pessoas. Diante disso, optou-se por expandir a linha de pobreza para 1 SM de renda domiciliar per capita, e não para $\frac{1}{2}$ SM que é a linha de pobreza mais usada por pesquisadores que analisam a distribuição de renda brasileira⁹.

3.2. Variável ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’ (V1272)

A PNAD é uma pesquisa domiciliar amostral feita anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de investigar, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o país, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

Contudo, não é um objetivo da pesquisa fazer um acompanhamento permanente dos beneficiários de programas de transferência de renda, havendo pesquisas suplementares sobre este tema apenas nos anos de 2004 e 2006. Por este motivo, o uso da PNAD para realizar análises de impacto do PBF sobre seu público-alvo é dificultado nos anos em que não houve suplemento da PNAD.

Mesmo nos anos em que houve a pesquisa suplementar sobre políticas de transferência de renda (PBF, BPC, PETI) há limitações quanto ao tipo de análise que pode ser feita com o suplemento da PNAD, porque a pesquisa identifica apenas o domicílio que possui algum membro beneficiário do programa. Não há perguntas sobre qual o membro do domicílio recebe o benefício, nem sobre o valor recebido. Deste modo, não é possível, com as variáveis do suplemento, calcular o peso do benefício na renda familiar, que é uma variável importante para analisar a intensidade dos efeitos de incentivo do programa. Contudo, o uso da variável ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’ pode ser uma opção para identificar o membro do domicílio que recebe o benefício e estimar o seu valor, além de permitir que se tente identificar o beneficiário do PBF nos anos em que não houve suplemento sobre políticas de transferência de renda.

⁸ Para mais detalhes ver Soares et alli (2009).

⁹ HOFFMANN e KAGEYAMA (2006).

A metodologia comumente usada para isto é a de identificação do beneficiário através da ocorrência de valores típicos dos programas de transferência de renda na variável V1273. Assim, se o entrevistado respondeu receber ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’ e o valor informado na variável V1273 for R\$350,00 (1 SM de 2006), supõe-se que este seja beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁰.

Portanto, a variável que considera os valores recebidos em juros, dividendos e outros rendimentos, este último incluindo transferências de renda, pode ser uma alternativa para os pesquisadores para a identificação do beneficiário e a estimação do valor do benefício na PNAD, mesmo nos anos em que não houve pesquisa suplementar sobre políticas de transferência de renda.

3.3. Mercado de Trabalho

Conforme os dados do Cadastro Único de julho de 2008, o número de beneficiários de 16 a 64 anos do PBF era de 26,5 milhões de pessoas. De acordo com a PNAD, 21,1 milhões de pessoas com idade entre 16 e 64 anos recebiam o benefício em 2006, o que mostra certa proximidade entre os dados, apesar da diferença de dois anos¹¹.

Apesar da aparente congruência entre os dados da PNAD e dos registros administrativos, é necessário ter cautela com as análises feitas a partir desta base de dados, uma vez que a PNAD é uma pesquisa amostral que trabalha com projeção de população independente e possui amostra nucleada. Em relação à projeção de população independente, a população que cada PNAD de uma dada década irá projetar é decidida imediatamente após o Censo Demográfico que abre a década. Segundo Soares et alli (2006, pg.13), “tanto a amostra como os pesos de cada indivíduo amostrado são decididos, possivelmente, [até] nove anos antes de uma dada PNAD ir a campo”. Como consequência, as grandezas extensivas coletadas pela PNAD tendem a não ser muito confiáveis, porém não gera problemas relativos a variáveis intensivas¹². Quanto à amostra nucleada, esta é um tipo de amostragem que estima de forma precisa características de uma população espalhada no território, gerando problemas em casos em que a população é concentrada geograficamente. Conforme os autores, “os exemplos clássicos são populações em aldeias indígenas e quilombos”, não sendo possível utilizar a PNAD para fazer inferência sobre tais populações.

Cientes disto, algumas comparações serão feitas entre os beneficiários e os não-beneficiários do programa Bolsa Família com base na PNAD 2006 e considerando-se apenas os pobres (renda domiciliar per capita de até 1 SM¹³).

¹⁰ Ver por exemplo: BARROS et alli (2007) e FOGUEL e BARROS (2008).

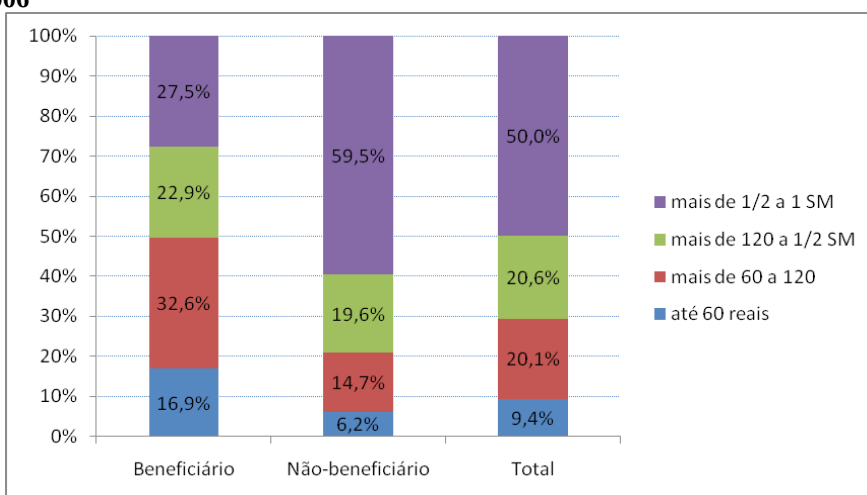
¹¹ De acordo com a Matriz de Informação Social (MIS), o número de famílias em setembro de 2006 e em julho de 2008 era muito próximo (11.017.689 e 11.013.323, respectivamente). No entanto, a partir de março de 2008 foram incluídos no programa cerca de 1,9 milhões de adolescentes (16 e 17 anos), cujas famílias já recebiam o Bolsa Família. Assim, ainda que o número de famílias não tenha variado significativamente entre os dois anos, o número de beneficiários aumentou. Para mais detalhes: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-amplia-aco-es-para-11-milhoes-de-familias-em-2008/?searchterm=mds>

¹² “Em outras palavras, a PNAD não responde tão bem perguntas como: ‘Quantas pessoas estão empregadas?’ ou ‘Quantos domicílios recebem Bolsa-Família?’ Por outro lado, a projeção de população independente não impõe restrições a perguntas relacionadas a grandezas intensivas, ou seja, a perguntas como ‘Qual é o rendimento médio dos ocupados?’ ou ‘Qual é a renda média dos domicílios recipientes do Bolsa-Família?’” (Soares et alli, 2006)

Em primeiro lugar, o gráfico C mostra que as distribuições dos pobres beneficiários e não-beneficiários em idade ativa segundo a faixa de rendimento domiciliar per capita são bastante distintas, com os beneficiários se concentrando na faixa até 120 reais (49,5%) e os não beneficiários na faixa entre 120 reais-1SM (79,1%). Mesmo assim chama a atenção que 20,9% dos elegíveis não beneficiários não estejam incluídos no programa.

Gráfico C

Distribuição dos pobres beneficiários e não-beneficiários em idade ativa do PBF segundo a faixa de RDPC – 2006



Fonte: PNAD 2006.

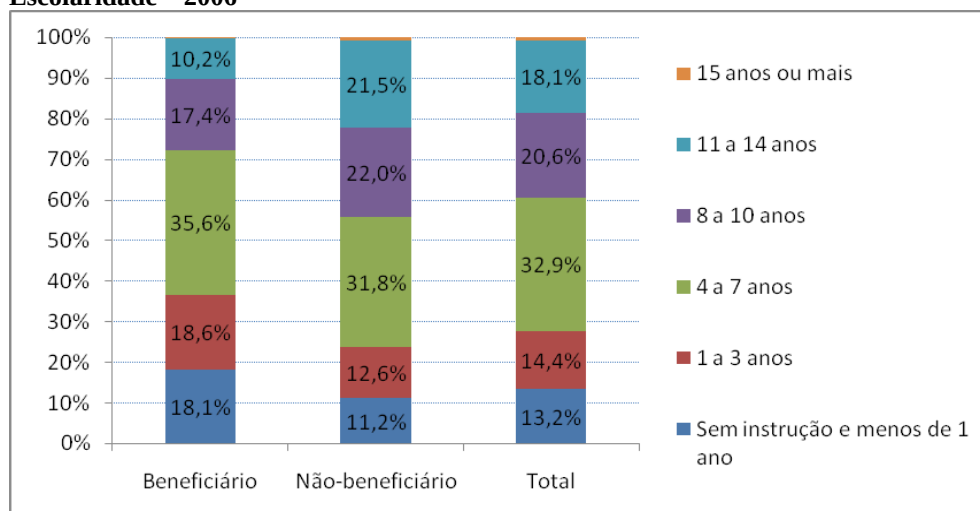
Em relação à escolaridade, o gráfico D mostra que uma maior proporção de beneficiários (72,3%), relativamente aos não-beneficiários (55,6%), possuem menos de 8 anos de estudo, ou seja, não concluíram o Ensino Fundamental. Ademais, a proporção daqueles que conseguiram concluir o Ensino Médio (11 a 14 anos de estudo) é bem maior entre os não-beneficiários (21,5%), o que indica uma maior escolarização entre os não cobertos pelo programa Bolsa Família.

Portanto, é importante destacar que, apesar de serem classificados como pobres, devido ao corte de renda realizado, tratam-se de populações não muito homogêneas, seja em termos de distribuição de renda seja em termos de escolarização, sendo necessária cautela com as conclusões retiradas das comparações.

¹³ A variável utilizada como rendimento domiciliar *per capita* foi V4742, que é uma variável derivada calculada pelo IBGE através da soma de todas as rendas do domicílio, inclusive a renda de transferências (“Outros rendimentos” = V1273). Sabemos que o ideal seria desconsiderar a renda de transferências no cálculo da renda domiciliar *per capita* dos beneficiários do PBF, uma vez que no processo de seleção do público do programa são desconsideradas as rendas de programas sociais. Contudo, na tentativa de criar uma variável de renda domiciliar *per capita* sem benefícios – $[V4742 - (V1273/4741)]$ –, como a variável V1273 aparece uma vez apenas em cada domicílio e V4742 aparece para cada membro do domicílio, a nova variável aparece também apenas uma vez por domicílio, virando *missing* para os demais membros. Isto inviabiliza a análise individual, permitindo apenas a análise domiciliar. Por isso a opção pela variável V4742.

Gráfico D

Distribuição dos pobres beneficiários e não-beneficiários em idade ativa do PBF segundo a Escolaridade – 2006



Fonte: PNAD 2006.

Nas seções que se seguem, serão realizadas análises comparativas entre os pobres beneficiários e os pobres não cobertos pelo programa, segundo características de mercado de trabalho.

3.3.1. Procura por trabalho

A maioria tanto dos pobres beneficiários quanto dos pobres não-beneficiários em idade ativa respondeu ter exercido alguma atividade na semana de referência da PNAD, sendo esta proporção superior em quase quatro pontos percentuais entre os beneficiários (tabela 11). Portanto, entre os pobres em idade ativa, há uma maior participação dos receptores do benefício no mercado de trabalho que dos não atendidos pelo programa.

Tabela 11

Exerceu alguma atividade na semana de referência?

	Beneficiários	Não beneficiários
Sim	62,0%	58,2%
Não	38,0%	41,8%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD 2006.

A tabela 12 mostra se o indivíduo pobre tomou alguma providência para conseguir trabalho. Entre os beneficiários em idade ativa, apenas 14,3% buscaram trabalho, enquanto entre os não beneficiários esta proporção é um pouco maior (16,2%). Assim, pode-se inferir que os não beneficiários tendem a se esforçar um pouco mais para conseguir um novo emprego que aqueles que recebem o benefício, possivelmente pelo fato de não terem uma renda garantida pelo Estado. Porém ambos os grupos apresentam um nível de desalento elevado, que não pode ser atribuído à transferência de renda, pois afeta ambos os grupos.

Em síntese, os dados revelam que os beneficiários tendem a se inserir mais no mercado de trabalho, comparativamente aos não-beneficiários, porém estes últimos tendem a buscar mais trabalho, ainda que a diferença entre as proporções seja pequena.

Tabela 12**Tomou alguma providência para conseguir trabalho?**

	Beneficiários	Não beneficiários
Sim	14,3%	16,2%
Não	85,7%	83,8%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD 2006.

3.3.2. Contribuição à Previdência e Sindicalização

Quando se analisa a contribuição à Previdência, vê-se que a proporção de contribuintes é muito baixa entre os cadastrados e é maior para os não beneficiários (quase o dobro na comparação com os beneficiários), provavelmente pelo tipo de ocupação em que se encontram, como veremos mais adiante. De acordo com a tabela 13, as únicas posições na ocupação em que praticamente a totalidade dos trabalhadores contribui à Previdência são ‘Empregados com carteira’, ‘Trabalhadores domésticos com carteira’ e Funcionário Público Estatutário, como é de se esperar. No entanto, destaca-se o fato de pequena parcela dos trabalhadores por conta própria serem contribuintes, o que revela a precariedade da inserção de tais trabalhadores, sendo esta proporção um pouco superior entre os não-beneficiários (9,1%) relativamente aos beneficiários do PBF (4,3%). Além disso, entre os empregadores, a proporção de contribuintes é bem maior para os não cobertos pelo programa (31,7%).

Tabela 13**Distribuição dos pobres em idade ativa* segundo Posição na ocupação, Contribuição à Previdência e Recebimento de Bolsa Família**

Posição na ocupação	Beneficiário		Não-beneficiário	
	Contribuinte	Não-contribuinte	Contribuinte	Não-contribuinte
Empregado c/ carteira	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Militar	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Func. público estat.	98,2%	1,8%	99,1%	0,9%
Empregados s/ carteira	7,6%	92,4%	9,2%	90,8%
Doméstico c/ carteira	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Doméstico s/ carteira	1,3%	98,7%	3,2%	96,8%
Conta própria	4,3%	95,7%	9,1%	90,9%
Empregador	10,2%	89,8%	31,7%	68,3%
Trab. produção próprio consumo	1,2%	98,8%	1,3%	98,7%
Trab. construção próprio uso	4,3%	95,7%	1,7%	98,3%
Não-remunerado	1,4%	98,6%	3,5%	96,5%
Total	24,0%	76,0%	42,4%	57,6%

* Idade ativa = 16 a 64 anos.

Fonte: PNAD 2006.

Em relação ao nível de sindicalização ocorre o inverso: os pobres em idade ativa que recebem o benefício se associam mais a algum sindicato que os pobres não cobertos

pelo PBF (tabela 14). Entretanto, o nível de sindicalização entre os pobres, independentemente de receberem ou não o benefício, é bastante reduzido.

Tabela 14
Era associado a algum sindicato?

	Beneficiários	Não beneficiários
Sim	15,7%	13,3%
Não	84,3%	86,6%
Total	100,0%	100%

Fonte: PNAD 2006.

A tabela 15 traz o tipo de sindicato a que estes pobres em idade ativa, beneficiários e não-beneficiários, se associam. Enquanto grande proporção dos beneficiários associados pertence a sindicatos de trabalhadores rurais (75,9%), a maioria dos não cobertos pelo PBF que são associados pertence a sindicatos de empregados urbanos (56,4%). A maior sindicalização dos beneficiários parece decorrer do maior peso relativo dos trabalhadores rurais nesse grupo (ver seção Agricultura Familiar).

Tabela 15

Tipo de sindicato	Beneficiário	Não-beneficiário
Empregados urbanos	21,0%	56,4%
Trabalhadores rurais	75,9%	38,0%
Trabalhadores autônomos	0,4%	1,1%
Trabalhadores avulsos	0,4%	0,4%
Profissionais liberais	0,1%	0,3%
Outro sindicato	2,1%	3,8%
Sem declaração	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD 2006.

Conclui-se que a proporção dos que contribuem para a Previdência Social é maior entre os não-beneficiários, mas a proporção dos que se associam a algum sindicato é menor entre estes. O tipo de sindicato também é diferente entre os poucos beneficiários e não-beneficiários que se associam a algum tipo de sindicato. Assim, os beneficiários se concentram em sindicatos de trabalhadores rurais, enquanto a maioria dos não-beneficiários pertence a sindicatos de empregados urbanos.

3.3.3. Posição na ocupação e Setor de Atividade

A tabela 16 mostra o setor de atividade dos pobres que conseguiram se inserir no mercado de trabalho.

Tabela 16
Distribuição dos pobres* em idade ativa, segundo Setor de atividade e Participação no PBF - 2006

Setor de atividade	Beneficiários	Não beneficiários
Agrícola	41,2%	21,4%

Comércio e reparação	11,7%	17,4%
Serviços domésticos	10,6%	10,7%
Indústria de transformação	10,2%	13,9%
Construção	8,5%	8,7%
Outros setores**	17,8%	27,9%
Total	100,0%	100,0%

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

**Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Fonte: PNAD 2006.

O setor Agrícola é priorizado na seleção de beneficiários do programa (41,2% dos beneficiários em idade ativa), seguido pelo Comércio e reparação (11,7%), Serviço doméstico (10,6%) e Indústria de transformação (10,2%). Já entre os não-beneficiários desta faixa etária, a proporção no setor Agrícola, embora isoladamente a maior, é bem menor (21,2%), destacando-se também o setor de Comércio e reparação (17,4%), a Indústria de transformação (13,9%) e o Serviço doméstico (10,7%), revelando maior dispersão entre as ocupações.

Tabela 17
Distribuição dos pobres* em idade ativa, segundo Posição na ocupação e Participação no PBF - 2006

Posição na ocupação	Beneficiários	Não beneficiários
Trabalhador por conta própria	25,9%	22,2%
Contribuinte à Previdência	1,1%	2,0%
Não-contribuinte	24,8%	20,2%
Empregado sem carteira (exclusive doméstico)	24,5%	20,5%
Empregado com carteira	17,0%	31,2%
Trabalhador não-remunerado	10,4%	5,4%
Doméstico sem carteira	9,1%	7,9%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,4%	4,5%
Outras posições na ocupação**	4,7%	8,3%
Total	100,0%	100,0%

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Inclui: Militar, Funcionário público estatutário, Doméstico com carteira, Empregador e Trabalhador na construção para o próprio uso.

Fonte: PNAD 2006.

Quanto à posição na ocupação dos pobres com idade entre 16 e 64 anos (tabela 17), tem-se que mais de um quarto dos beneficiários do programa Bolsa Família são trabalhadores por conta própria (a esmagadora maioria sem contribuição à previdência), 24,5% são empregados sem carteira, **17,0%** são empregados com registro em carteira,

Agrícola	7,8%	23,5%	26,2%	0,0%	20,4%	21,3%	100,0%
-----------------	------	-------	--------------	------	--------------	--------------	--------

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Idade ativa = 16 a 64 anos.

*** Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Fonte: PNAD 2006.

Os pobres em idade ativa que não recebem o benefício, por seu turno, estão distribuídos segundo a posição na ocupação da seguinte forma: 31,2% são empregados com carteira (maior concentração), 22,2% são trabalhadores autônomos, 20,5% são empregados sem registro em carteira, 7,9% são trabalhadores domésticos sem carteira, sendo menos significativa a proporção de trabalhadores não-remunerados e trabalhadores na produção para próprio consumo (tabela 17). Pouco menos de 60% está na informalidade (tabela 17a), proporção elevada, mas inferior a observada entre os beneficiários, que se concentravam mais entre os trabalhadores por conta própria (sem contribuição).

Destaca-se o fato de haver maior proporção de empregados formais entre os não-beneficiários do PBF que entre os beneficiários (tabela 17a). A diferença da proporção de empregados formais entre os beneficiários e não-beneficiários em idade ativa é de 17,9 pontos percentuais, o que em parte explica o maior nível de contribuição à Previdência entre os que não recebem o benefício (tabela 13). A Indústria de Transformação e o Comércio e reparação são os setores que mais absorvem trabalhadores com carteira entre os não-beneficiários em idade ativa (tabela 19).

Tabela 19: Distribuição dos pobres* não-beneficiários do PBF em idade ativa, segundo Setor de atividade e Posição na ocupação - 2006**

Setor de atividade	Empregado c/ carteira	Posição na ocupação					Total
		Empregado s/carteira	Conta própria	Doméstico sem carteira	Produção p/ próprio consumo	Não-remunerado	
Agrícola	8,4%	23,2%	24,1%	0,0%	100,0%	67,4%	21,2%
Indústria de transformação	26,1%	12,6%	12,0%	0,0%	0,0%	6,6%	13,9%
Construção	6,3%	12,8%	16,7%	0,0%	0,0%	0,8%	8,7%
Comércio e reparação	22,2%	18,2%	24,8%	0,0%	0,0%	13,9%	17,4%
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	10,7%
Outros setores***	37,0%	33,2%	22,5%	0,0%	0,0%	11,3%	27,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Idade ativa = 16 a 64 anos.

*** Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Fonte: PNAD 2006.

Portanto, entre os beneficiários destaca-se o setor Agrícola, enquanto os não-beneficiários estão mais dispersos pelos setores, destacando-se a Indústria de

Transformação e o Comércio e reparação. Quanto à posição na ocupação, embora a informalidade predomine entre os pobres, há maior proporção de trabalhadores formais entre os não-beneficiários e menor proporção de trabalhadores não-remunerados e na produção para consumo próprio, relativamente aos cobertos pelo PBF, indicando a menor importância da agricultura familiar.

O Quadro abaixo resume as características de mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários do PBF, encontradas na PNAD:

Quadro 2:

Variáveis	Beneficiários	Não-beneficiários
Exerceu alguma atividade na semana	62,0%	58,2%
Buscou trabalho	14,3%	16,2%
Contribuiu à Previdência	24,0%	42,4%
Era associado a sindicato	15,7%	13,3%
Tipo de sindicato	75,9% em sindicatos de trabalhadores rurais	56,4% em sindicatos de empregados urbanos
Setor de atividade	41,2% no setor Agrícola	21,2% no setor Agrícola
Emprego formal	21,8%	39,7%

Fonte: PNAD 2006.

Os beneficiários aparecem como mais inseridos no mercado de trabalho (e os desempregados ligeiramente menos ativos na busca de emprego), contribuindo menos à Previdência em função de maior informalidade, mais (embora pouco) sindicalizados e em sindicatos rurais e ativos principalmente na agricultura (especialmente familiar), na comparação com o não beneficiário.

3.4. Agricultura familiar

Merece destaque o fato de a proporção de trabalhadores na produção para o próprio consumo e de trabalhadores não-remunerados ser inferior entre os não beneficiários relativamente aos beneficiários. Isto pode decorrer de membros da Agricultura familiar serem priorizados na escolha das famílias beneficiárias do programa, sendo o setor Agrícola o principal entre os beneficiários.

Nos critérios de seleção daqueles que participarão do programa Bolsa Família não há nada explícito quanto à priorização da população que vive no campo. A seleção de famílias pelo programa se baseia nas informações inseridas pelos municípios no Cadastro Único, sendo que cada município tem uma estimativa de famílias pobres

considerada como a meta de atendimento do programa naquele território. Essa estimativa é calculada com base em uma metodologia desenvolvida com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem como referência os dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, ambas realizadas pelo IBGE.

São elegíveis ao programa as famílias em situação de extrema pobreza e as famílias pobres que possuem crianças e adolescentes em sua composição familiar. O cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa nem o recebimento do benefício. Com base nas informações inseridas no CadÚnico, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no programa a cada mês. O critério principal é a renda *per capita* da família e são priorizadas as famílias de menor renda entre aquelas que formam o conjunto de famílias que podem ser beneficiadas pelo programa¹⁴.

Porém, uma auto-seleção entre os pobres (com viés pró-rural) pode estar ocorrendo uma vez que outros programas estão dirigidos para os pobres rurais desde que inscritos no Cadastro e se beneficiem do Bolsa Família. Desse modo, o MDS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, direciona o microcrédito do Pronaf Grupo “B” para as famílias beneficiárias do PBF e para aquelas inscritas no Cadastro Único, o que pode estimular as famílias que vivem no campo a pleitearem o benefício do Bolsa Família¹⁵.

Outra tendência detectada entre os pobres rurais é o aumento da participação em sindicatos, o que fica claro pelo tipo de sindicato que os beneficiários do programa Bolsa Família têm se associado: 75,9% dos beneficiários que se associam a algum sindicato estão em sindicatos de trabalhadores rurais (e estes constituem pouco mais de 40% do universo de beneficiários). Esse movimento pode estar sendo influenciado pelo crédito rural do Pronaf, que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária¹⁶. Pois para ter acesso ao crédito, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Segundo Relatório do Ibase (2006: 28), o fato de o sindicato de trabalhadores rurais ser o responsável pela emissão da DAP torna o Pronaf um “fator de atração dos agricultores familiares para a sindicalização”.

¹⁴ Para mais detalhes ver o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-selecao . Último acesso: 22/05/2010.

¹⁵ Segundo o site do MDS: “O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural. Criado em 10 de agosto de 2000, a linha disponibiliza recursos de pequenos valores e sem burocracia para pequenos investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural tais como: compra de pequenos animais, artesanato, implementos para fabricação de alimentos, caixas de abelha, entre outros”. Seu público alvo são as famílias com renda bruta anual familiar de até R\$5.000,00, sendo que até 70% da renda pode provir de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural. Estão inclusas, portanto, as famílias pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no campo.

¹⁶ Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar, “o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País”. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> . Último acesso: 22/06/2010.

3.5. Trabalho infantil

Nos microdados da PNAD há uma separação entre variáveis para crianças de 5 a 9 anos e variáveis para pessoas maiores de 10 anos. Assim, dividiremos a base em duas faixas etárias ('de 5 a 9 anos' e 'de 10 a 15 anos') e analisaremos, para a primeira faixa, a variável V0701 (Exerceu algum trabalho no ano de referência?) e a variável V9001 (Exerceu algum trabalho na semana de referência?) para os maiores de 10 anos, como fizemos anteriormente para as pessoas em idade ativa. A variável 0704 (Exerceu algum trabalho na semana de referência?) para crianças de 5 a 9 anos de idade não será utilizada, como seria de se esperar, uma vez que os resultados não foram satisfatórios, ocorrendo excessiva perda de informações ('missing').

Em 2006, havia 12,9 milhões de crianças de 5 a 9 anos de idade com renda domiciliar per capita de até 1 SM, das quais 42,9% recebiam o benefício do PBF. O número de crianças pobres com idade entre 10 e 15 anos, por seu turno, era de 15,7 milhões, sendo 45,6% a proporção de beneficiários do programa. Portanto, a proporção de crianças que recebem o Bolsa Família na PNAD é menor que a encontrada no Cadastro Único¹⁷. Ainda que se inclua as 10,9 milhões de crianças menores de 5 anos de idade, a proporção de beneficiários continua menor na PNAD (41,9% do total de crianças até 15 anos).

Apesar desta diferença, vale a pena analisar a tabela 20, em que a proporção de crianças que exerceu alguma atividade no período de referência é maior entre os beneficiários do PBF em ambas as faixas etárias consideradas.

Tabela 20: Proporção de crianças* beneficiárias e não-beneficiárias que responderam SIM às variáveis V0701 e V9001 - 2006.

Variáveis	Beneficiários		Não-beneficiários	
	5 a 9 anos	5 a 9 anos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Exerceu algum trabalho no ano de referência	2,4%	1,0%	-	-
Exerceu algum trabalho na semana de referência	-	-	15,1%	8,6%

* Crianças = 5 a 15 anos.

Fonte: PNAD 2006.

Entre as crianças de 5 a 9 anos, a proporção das que trabalharam no ano de referência era baixa tanto para beneficiários quanto para não-beneficiários (2,4% e 1,0%, respectivamente). No entanto, para a faixa etária superior, a proporção de crianças que exerceu alguma atividade na semana de referência é significativa, sendo maior entre as crianças cobertas pelo programa.

Este resultado parece contraditório, uma vez que as famílias que recebem uma transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças tenderiam a ter menor proporção de crianças trabalhando relativamente aos que não recebem tal benefício, visto que o não recebimento poderia aumentar a necessidade do trabalho dos filhos como complemento da renda familiar. Portanto, pode-se pensar na possibilidade de o programa Bolsa Família ainda não ter se constituído em um substituto da renda das crianças pertencentes a famílias mais pobres, ainda mais se considerando a mais baixa renda média dessas famílias (R\$132,97¹⁸ versus R\$204,22). Em relação à informação sobre trabalho infantil do CadÚnico, fica a forte suspeita de subdeclaração por temor da

¹⁷ Cabe lembrar que há uma diferença de dois anos entre as bases de dados.

perda do benefício, mesmo este não sendo critério explícito do programa¹⁹: o fato, porém, é que se as crianças seguem trabalhando é porque o valor dos benefícios não tem sido, para um bom número de famílias, suficiente para deter o trabalho infantil.

Abaixo, um quadro síntese com as características de beneficiários e não beneficiários em idade ativa, em termos de sexo, cor, região, localidade, escolaridade, desemprego e renda, e também com os dados sobre trabalho infantil, com base na PNAD, para posterior comparação com o Cadastro Único:

Quadro 3:

Variáveis	Beneficiários	Não-beneficiários
Sexo	52,4% são mulheres	52,1% são mulheres
Idade	42,3% têm entre 16 e 29 anos	41,7% têm entre 16 e 29 anos
Cor	70,4% são negras	57,1% são negras
Escolaridade	72,3% não conseguiram completar o Ensino Fundamental	55,9% não conseguiram completar o Ensino Fundamental
Região	65,3% vivem no NE e Norte	52,9% vivem no SE e Sul
Localidade	66,1% vivem na cidade	82,0% vivem na cidade
Condição no mercado de trabalho	38,0% não trabalham	41,8% não trabalham
Emprego formal	21,8%	39,7%
Renda familiar per capita média	R\$116,16 (sem benefícios)*	R\$204,22
Trabalho infantil (10 a 15 anos)	15,1%	8,6%

* RFPC média com benefícios: **R\$132,97**.

Fonte: PNAD 2006.

4. Cadastro Único vs PNAD

A primeira comparação é entre as características gerais dos dois grupos segundo o CadÚnico 2008 e a PNAD 2006.

Quadro 4:

Variáveis	Beneficiários	Não-beneficiários
Sexo	56,6% são mulheres	55,8% são mulheres
Idade	26,1% têm entre 20 e 29 anos	30,0% têm entre 20 e 29 anos
Cor	71% são negras	62,4% são negras
Escolaridade	78,5% não conseguiram completar o Ensino Fundamental	71,0% não conseguiram completar o Ensino Fundamental
Região	51,5% vivem no NE	37,2% vivem no NE
Localidade	66,7% vivem na cidade	74,6% vivem na cidade
Condição no mercado de trabalho	58,2% não trabalham	51,5% não trabalham
Emprego formal	9,3%	23,4%
Renda familiar per capita média	R\$44,06 (sem benefícios)*	R\$247,12
Trabalho infantil	0,4%	0,7%

¹⁸ Cálculo com base na variável V4742 da PNAD, que inclui benefícios. A renda domiciliar *per capita* média sem benefícios era de R\$116,16 em 2006.

¹⁹ Deve-se ter claro que o não-trabalho infantil não é um critério explícito do PBF e a integração entre PBF e PETI ocorreu apenas no final de 2005 através da Portaria nº 666 de 28 de dezembro de 2005, sendo complementada pela Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 01 de 14 de março de 2006. Portanto, a integração entre os programas ainda era muito recente no período de pesquisa da PNAD 2006.

* RFPC média com benefícios: **R\$67,15**

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

De um modo geral, os dados parecem consistentes, com algumas e importantes exceções:

- (1) A concentração no Ensino Fundamental incompleto dos não beneficiários é significativamente mais baixa na PNAD do que no Cadastro, uma aparente subdeclaração que não teve o efeito de influenciar a seleção de indivíduos desse grupo, indicando que a escolaridade não seja usada como critério auxiliar na seleção dos beneficiários;
- (2) A proporção de pessoas que declaram não trabalhar no Cadastro é bem mais elevada que na PNAD, a diferença é maior entre os beneficiários (mais de 20 pontos) que entre os não beneficiários (cerca de 9 pontos), sugerindo superdeclaração de desocupação no Cadastro, um “efeito framing” (associado a um “efeito seleção”);
- (3) A renda no Cadastro é menos da metade da registrada na PNAD para beneficiários e um pouco superior entre não beneficiários (1,2 vezes), sugerindo subdeclaração associada a um efeito seleção. Contudo esta informação deve ser tomada com cautela, uma vez que algumas rendas declaradas no Cadastro de 2008 possuem valores muito estranhos (na casa de milhões), o que pode ser considerado um erro no preenchimento dos dados.
- (4) O trabalho infantil também parece muito mais significativo na PNAD do que no Cadastro, sendo a diferença mais importante entre os beneficiários do que entre os não beneficiários, sugerindo igualmente subdeclaração associada a um efeito seleção.

Com relação especificamente às variáveis de mercado de trabalho, as discrepâncias estão assinaladas nas tabelas abaixo. Antes de comentarmos estas, vale a pena observar as informações que são consistentes, sobre o perfil dos beneficiários em idade ativa:

- (1) Em termos dos desocupados, trata-se na maior parte das vezes de mulheres, com concentração especial entre os jovens e pessoas de cor negra, na maior parte dos casos vivem na zona rural e mais no Nordeste e no Norte que em outras regiões.
- (2) Em termos de ocupação, os beneficiários estão concentrados no trabalho rural: em sua maioria são homens, adultos, com baixa escolaridade, negros, vivem na zona rural, no Nordeste ou no Norte.
- (3) Quando estão empregados em qualquer atividade, os beneficiários são especialmente trabalhadores informais; neste caso, são principalmente adultos e não concluíram o ensino fundamental.

Em termos das discrepâncias observadas, vale notar a intensidade do desemprego (já comentado anteriormente), a maior intensidade do trabalho formal declarada na PNAD (mais de duas vezes) em relação ao declarado no Cadastro e a maior presença de homens entre os informais na PNAD enquanto a presença feminina é dominante nesse grupo no Cadastro.

Com relação aos não beneficiários, com exceção da maior presença de homens entre os informais nas duas bases de dados, as mesmas discrepâncias foram encontradas: quanto

à intensidade da desocupação e do emprego formal (no primeiro caso maior, no segundo menor, no Cadastro em relação à PNAD), como a esta altura já era de se esperar.

Quadro 5:

Beneficiários do PBF em idade ativa - 2006						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
38,0% não trabalham*	73,8% são mulheres	49,7% têm entre 16 a 29 anos	70,4% não concluíram o Ensino Fundamental	70,1% são negros	72,4% vivem na cidade	64,7% vivem no Norte e NE
41,2% são trabalhadores agrícolas**	64,1% são homens	62,1% têm entre 30 e 59 anos	88,3% não concluíram o Ensino Fundamental	72,4% são negros	74,6% vivem no campo	74,6% vivem no Norte e NE
58,3% são empregados informais***	62,6% são homens	61,3% têm entre 30 e 59 anos	76,2% não concluíram o Ensino Fundamental	72,1% são negros	65,0% vivem na cidade	69,2% vivem no Norte e NE
21,8% são empregados formais****	68,9% são homens	66,2% têm entre 30 e 59 anos	60,8% não concluíram o Ensino Fundamental	65,8% são negros	81,3% vivem na cidade	47,6% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 2,4% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 15,1% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 49,5% (renda com benefícios)						

* Variável 'Exerceu algum trabalho na semana de referência' (V9001=3) cuja resposta foi negativa.

** Trabalhadores do Setor de Atividade 'Agrícola' (V4809=1).

*** Do total de trabalhadores. Empregados s/ carteira, incl. domésticos, e trab. autônomos s/ previdência ('Posição na ocupação').

**** Do total de trabalhadores. Emp. c/ carteira, incl. domésticos, trab. autônomos c/ previd., militares e func. públicos estatutários.

Fonte: PNAD 2006.

Quadro 6:

Beneficiários do PBF em idade ativa - 2008						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
58,2% não trabalham	62,8% são mulheres	50,1% têm entre 16 a 24 anos	74,8% não concluíram o Ensino Fundamental	70,8% são negros	69,2% vivem na cidade	60,7% vivem no Norte e NE
51,4% são trabalhadores rurais*	62,0% são homens	75,8% têm entre 30 e 59 anos	92,8% não concluíram o Ensino Fundamental	75,2% são negros	72,5% vivem no campo	81,7% vivem no Norte e NE
39,0% são empregados informais**	51,1% são mulheres	78,9% têm entre 30 e 59 anos	76,7% não concluíram o Ensino Fundamental	66,4% são negros	87,6% vivem na cidade	46,5% vivem no SE e Sul
9,3% são empregados formais***	62,3% são homens	83,4% têm entre 30 e 59 anos	72,5% não concluíram o Ensino Fundamental	60,6% são negros	85,2% vivem na cidade	63,0% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 0,2% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 0,7% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres (idade ativa) c/ renda familiar per capita de até R\$120,00: 99,8% (sem benefícios) e 97,7% (com benefícios)						

* Do total de trabalhadores que afirmaram trabalhar.

** Do total de trabalhadores. Assalariados sem carteira e autônomos sem previdência.

*** Do total de trabalhadores. Assalariados com carteira e autônomos com previdência.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Quadro 7:

Não-beneficiários do PBF em idade ativa - 2006						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
41,8% não trabalham*	69,8% são mulheres	47,1% têm entre 16 a 29 anos	56,2% não concluíram o Ensino Fundamental	56,5% são negros	85,5% vivem na cidade	53,7% vivem no SE e Sul
21,2% são trabalhadores agrícolas**	68,1% são homens	58,1% têm entre 30 e 59 anos	83,2% não concluíram o Ensino Fundamental	60,8% são negros	70,7% vivem no campo	50,9% vivem no Norte e NE
48,7% são empregados informais***	59,7% são homens	58,6% têm entre 30 e 59 anos	63,1% não concluíram o Ensino Fundamental	61,3% são negros	78,4% vivem na cidade	45,8% SE e Sul e 45,7% Norte e NE
39,7% são empregados formais	64,4% são homens	62,7% têm entre 30 e 59 anos	42,9% não concluíram o Ensino Fundamental	53,3% são negros	89,3% vivem na cidade	63,4% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 1,0% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 8,6% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 20,9% (V4742)						

* Variável 'Exerceu algum trabalho na semana de referência' (V9001=3) cuja resposta foi negativa.

** Do total de trabalhadores. Trabalhadores do Setor de Atividade 'Agrícola' (V4809=1).

*** (Idem). Empregados s/ carteira, inclusive domésticos, e trabalhadores autônomos s/ previdência ('Posição na ocupação').

Fonte: PNAD 2006.

Quadro 8:

Não-beneficiários do PBF em idade ativa - 2008						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
51,5% não trabalham	63,1% são mulheres	61,7% têm entre 16 a 29 anos	68,2% não concluíram o Ensino Fundamental	62,5% são negros	76,3% vivem na cidade	47,9% vivem no SE e Sul
30,8% são trabalhadores rurais*	66,5% são homens	60,7% têm entre 30 e 59 anos	86,5% não concluíram o Ensino Fundamental	69,0% são negros	69,9% vivem no campo	68,1% vivem no Norte e NE
45,5% são empregados informais**	51,0% são homens	72,9% têm entre 30 e 59 anos	67,5% não concluíram o Ensino Fundamental	58,7% são negros	88,0% vivem na cidade	54,0% vivem no SE e Sul
23,4% são empregados formais***	58,2% são homens	75,6% têm entre 30 e 59 anos	61,3% não concluíram o Ensino Fundamental	51,1% são negros	88,9% vivem na cidade	72,0% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 0,4% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 1,2% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres (idade ativa) c/ renda familiar per capita de até R\$120,00: 86,5%						

* Do total de trabalhadores que afirmaram trabalhar.

** Do total de trabalhadores. Assalariados sem carteira e autônomos sem previdência.

*** Do total de trabalhadores. Assalariados com carteira e autônomos com previdência.

5. Conclusões

O exercício realizado neste trabalho mostra dificuldades e oportunidades metodológicas para analisarmos impactos do PBF sobre o mercado de trabalho. Entre as dificuldades, as limitações das informações sobre emprego e renda contidas no CadÚnico e a falta de identificação do beneficiário e de seu valor em todos os anos da PNAD. Contudo, a utilização do suplemento da PNAD de 2006, ainda que só identifique o domicílio beneficiário (não havendo informação sobre quem recebe o benefício no domicílio e qual seu valor), permite analisar criticamente as informações do Cadastro, identificando consistências e discrepâncias.

Informações sobre características adscritivas dos beneficiários em idade ativa são, em geral, consistentes, porém informações que mais diretamente revelam a condição socioeconômica, especialmente referentes a renda e mercado de trabalho (e em alguma medida também a escolaridade), mostram importantes discrepâncias sugerindo vieses esperados (subdeclaração ou superdeclaração) em registros administrativos que selecionam pessoas para acesso a programas de renda apenas se são pobres. A PNAD atesta a correta focalização do programa em termos da maior vulnerabilidade dos beneficiários em relação aos não beneficiários, embora a intensidade dessa correção esteja aquém do revelado pelo Cadastro, causando apreensão a subcobertura especialmente dos muitos pobres. Além disso, a PNAD fornece informações de melhor qualidade sobre o perfil dos beneficiários e não beneficiários no mercado de trabalho. O Cadastro, muito embora com as possíveis distorções identificadas, nos revela algo sobre os critérios de seleção, que têm priorizado as rendas mais baixas, os desempregados, os informais e os trabalhadores agrícolas (especialmente da agricultura familiar).

Não foi possível, com as bases utilizadas, apurar efeitos do programa sobre o mercado de trabalho. Na melhor hipótese a mais precária situação no mercado de trabalho de beneficiários vis a vis os não beneficiários explicaria a seleção dos primeiros; na hipótese menos otimista, essa situação seria uma consequência do programa (armadilhas do desemprego, da pobreza e da informalidade); em uma posição intermediária estaria a hipótese de subdeclaração (contudo mesmo havendo, a situação precária de beneficiários continua evidente na PNAD). Conseguimos evidências para esta última, mas não pudemos descartar nenhuma das anteriores.

6. Referências Bibliográficas

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira*. IN: Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Org.: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. – Brasília : Ipea, 2007. Volume 2.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm> . Acesso em: 15/06/2010.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art208i. Acesso em: 15/06/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de Preenchimento de Formulários – V 6.0.4 da CEF*. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Programas complementares (PRONAF “B”)*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas_complementares/programas_complementares/detalhes-programas-federais/programa-nacional-da-agricultura-familiar-pronaf. Acesso em: 22/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Critérios de seleção*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-selecao. Acesso em: 22/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Cadastro Único*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1 Acesso em: 23/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Matriz de informação social Versão 2006 1.5*. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/index.php>. Acesso em: 20/06/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). *Microdados do Cadastro Único 31/07/2008*.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. *Crédito rural do PRONAF*. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 22/06/2010.

_____. Presidência da República. *Fome Zero: Bolsa Família amplia ações para 11 milhões de famílias em 2008*. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-amplia-acoes-para-11-milhoes-de-familias-em-2008/?searchterm=mds>. Acesso em: 22/06/2010.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. *The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: An Empirical Analysis Using a Time-Series-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211655420-.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1, (26), janeiro – junho de 2006.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). *Relatório PRONAF: Resultados da Etapa Paraná*. Outubro, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2006.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade*. Texto para Discussão 1228. IPEA, Brasília, outubro de 2006.

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. *Focalização e cobertura do programa Bolsa-família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?* Texto para Discussão 1396. IPEA, Rio de Janeiro, março de 2009.

ANEXO A

Tabela 1 A: Distribuição dos beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Localidade e Escolaridade - 2008

Condição no mercado de trabalho	Localidade		Escolaridade										Total
	Urbana	Rural	Analfabeto	Básico incompleto	Básico completo	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação	
Campo não informado	0,7%	0,7%	15,4%	33,8%	10,1%	23,6%	2,7%	8,2%	6,0%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Empregador	0,0%	0,0%	17,0%	25,7%	9,1%	24,3%	4,2%	8,4%	10,1%	0,5%	0,5%	0,2%	100,0%
Assalariado c/ carteira	3,2%	1,1%	7,1%	25,3%	12,0%	27,8%	5,4%	8,9%	12,9%	0,3%	0,3%	0,0%	100,0%
Assalariado s/ carteira	4,3%	1,8%	9,1%	27,0%	11,1%	26,4%	4,4%	8,3%	12,8%	0,5%	0,4%	0,0%	100,0%
Autônomo c/ previdência	0,2%	0,1%	8,1%	28,8%	14,0%	27,7%	5,0%	6,9%	8,9%	0,3%	0,2%	0,0%	100,0%
Autônomo s/ previdência	10,3%	2,3%	9,3%	28,1%	10,3%	30,4%	4,7%	8,0%	9,0%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Aposentado/Pensionista	1,7%	1,3%	28,2%	36,7%	9,7%	15,8%	2,2%	3,3%	3,9%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Trabalhador rural	6,0%	31,9%	26,6%	42,7%	9,8%	13,6%	1,6%	2,7%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Empregador rural	0,0%	0,1%	28,0%	38,8%	9,3%	15,5%	1,8%	3,4%	3,0%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Não trabalha	60,4%	53,9%	9,2%	24,3%	6,7%	34,6%	2,6%	15,0%	7,5%	0,2%	0,1%	0,0%	100,0%
Outro	13,3%	6,7%	13,6%	31,9%	8,7%	26,2%	3,3%	7,4%	8,7%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Total	100,0%	100,0%	12,6%	28,5%	8,0%	29,5%	2,8%	11,2%	7,3%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Não trabalha	69,2%	30,8%	43,1%	50,1%	49,2%	69,0%	54,2%	78,4%	60,2%	61,0%	48,7%	55,5%	58,8%
Total	66,7%	33,3%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 64 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Tabela 2 A: Distribuição dos não-beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Localidade e Escolaridade - 2008

Condição no mercado de trabalho	Localidade		Escolaridade										Total
	Urbana	Rural	Analfabeto	Básico incompleto	Básico completo	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação	
Campo não informado	0,5%	0,6%	12,1%	26,5%	11,7%	25,0%	4,9%	9,7%	9,5%	0,3%	0,3%	0,0%	100,0%
Empregador	0,1%	0,0%	8,9%	18,3%	8,7%	22,6%	6,1%	10,6%	18,9%	2,8%	2,7%	0,4%	100,0%
Assalariado c/ carteira	8,6%	3,1%	5,1%	19,4%	11,1%	25,5%	6,4%	10,8%	19,8%	1,1%	0,8%	0,1%	100,0%
Assalariado s/ carteira	7,2%	3,9%	6,9%	21,1%	10,0%	23,7%	4,8%	10,5%	20,4%	1,2%	1,3%	0,2%	100,0%
Autônomo c/ previdência	0,3%	0,2%	5,5%	21,5%	13,6%	26,1%	6,7%	8,0%	14,8%	1,6%	2,0%	0,3%	100,0%
Autônomo s/ previdência	10,0%	3,0%	7,6%	24,3%	10,5%	29,6%	5,5%	9,5%	12,5%	0,3%	0,2%	0,0%	100,0%
Aposentado/Pensionista	4,6%	6,7%	33,3%	38,3%	9,5%	11,2%	1,8%	2,2%	3,4%	0,1%	0,2%	0,0%	100,0%
Trabalhador rural	4,0%	27,2%	19,8%	36,1%	11,8%	18,8%	2,6%	5,0%	5,7%	0,1%	0,1%	0,0%	100,0%
Empregador rural	0,0%	0,1%	26,3%	32,4%	11,9%	16,9%	2,9%	4,4%	4,7%	0,3%	0,3%	0,0%	100,0%
Não trabalha	52,7%	48,1%	8,5%	19,6%	6,8%	33,4%	3,3%	16,9%	11,1%	0,3%	0,2%	0,0%	100,0%
Outro	12,0%	7,2%	10,1%	25,7%	8,4%	27,0%	4,0%	10,0%	14,1%	0,3%	0,3%	0,0%	100,0%
Total	100,0%	100,0%	10,7%	23,3%	8,4%	28,6%	3,7%	12,7%	11,8%	0,4%	0,3%	0,1%	100,0%
Não trabalha	76,3%	23,7%	41,5%	43,6%	41,7%	60,7%	46,0%	69,0%	48,9%	42,3%	27,8%	34,5%	52,0%
Total	74,6%	25,4%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 64 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.